

ALUBAR ENERGIA S.A. – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

7 / 13

com partes relacionadas são conceituadas como a “transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação a uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida”.

São consideradas partes relacionadas as pessoas (físicas) ou entidades (pessoas jurídicas) que estão relacionadas com a Companhia e suas controladas.

(i) Considera-se pessoa relacionada a Companhia e suas controladas, quando:

- (a) tiver o controle pleno ou compartilhado da Companhia;
- (b) tiver influência significativa sobre a Companhia;
- (c) for membro do pessoal com influência relevante da administração da Companhia ou de sua controladora, entendendo-se como pessoal com influência relevante da administração aqueles que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente (Pessoa com Influência Relevante).

(ii) Considera-se uma entidade relacionada a Companhia, quando:

- (a) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da Companhia (isso inclui controladoras ou controladas), tiver influência significativa sobre a Companhia ou tiver controle conjunto sobre a Companhia;
- (b) for coligada da Companhia ou de uma terceira entidade que estiver sob o controle conjunto com a Companhia;
- (c) for entidade controlada (individualmente ou sob controle conjunto);
- (d) pertencer ao mesmo grupo econômico.

(iii) Todas as transações entre partes relacionadas da Companhia e suas controladas com pessoas ou entidades, deverá ser formalizada em contrato, devendo constar os seguintes termos:

- (a) estar em condições de mercado;
- (b) descrição das transações;
- (c) impactos com juros, multas e impostos sobre as transações;
- (d) devem ser aprovadas por todas as partes

n. Benefícios de empregados

Obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como custos e despesas com de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo o valor do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente de pagar o valor em função de serviços passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

o. Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias subscritas e a integralizar. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

7. Novas normas e interpretações

A Companhia e suas controladas analisaram e identificaram os possíveis impactos, das novas normas ou alterações e interpretações que entraram em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2019.

7.1 Mudanças de políticas contábeis

a. CPC 06 R2 - Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Segundo a nova norma, o contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia e suas controladas analisaram seus contratos e concluíram que praticam a operação de arrendamento, como arrendatária, porém, optou por não classificar os arrendamentos em ativo e passivo por eles serem considerados de baixo valor, os prazos contratuais serem igual ou inferior a doze meses ou indeterminados. Desta forma, a Companhia e suas controladas não apresentaram impactos em suas demonstrações financeiras quanto a adoção do CPC 06 (R02).

Abaixo segue quadro com os gastos com contratos de arrendamentos de curto prazo e baixo valor:

Gastos com contratos de pequeno valor	10
Gastos com contratos de curto prazo	455

7.2. Normas e interpretações ainda não efetiva

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de negócio (alterações no CPC 15);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23);
- IFRS 17 Contratos de Seguro.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	16	16	18	16
Bancos	35	69	35	69
Aplicações financeiras	6.065	5.240	6.090	5.277
Total	6.116	5.325	6.143	5.362

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da concentração, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras de curto prazo são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados e a Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata com vencimento de contrato inferior a 90 dias. A análise de risco de crédito e risco de mercado estão apresentadas na Nota explicativa nº 28.

9. Contas a receber de clientes

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Duplicatas a receber - Notas faturadas	6.073	9.365	6.073	9.365
Contas a receber - POC	4.906	17.802	4.906	17.802
Retenção contratual (UTE GNA)	1.084	-	1.084	-
Total	12.063	27.167	12.063	27.167

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, se aplicável.

Uma provisão para redução ao valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não iram arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras do devedor, probabilidade de insolvência e outros fatores indicativos de deterioração do crédito são considerados em análises individuais e em análises de grupos de ativos de risco semelhantes. As contas a receber - POC, refere-se a saldo a receber (ainda não faturado) calculado pelo método POC, das obras de Grid Solutions - LT 500 Kv - UTE Sergipe (R\$ 460), Lt 345 Kv Porto Acu/Campos GNA Prumo (R\$ 2.697), LT 230 KV Serrote-SE Pecém (R\$ 1.634), U.F.V. Ribeirão (R\$ 115) totalizando R\$ 4.906 representando 41% do total do contas a receber.

As receitas são efetivamente faturadas de acordo com o boletim de medição e após aprovação do cliente.

Em 2019 a Companhia faturou e recebeu tudo que havia provisionado pelo método POC em 2018.

A Companhia e suas controladas não possuem histórico ou perspectiva de perdas relacionadas às suas contas a receber. Por esse motivo, não foi constituída provisão para perdas esperadas do seu contas a receber..

b. Saldo de duplicatas a receber por vencimento

	Controladora e Consolidado			
	2019		2018	
	Vencido	A vencer	Vencido	A vencer
1º maior cliente	-	5.994	-	26.030
2º ao 5º cliente	-	6.069	-	1.137
Total	-	12.063	-	27.167

(*) 1º maior cliente 2019 UTE GNA I Geração de Energia (Lt 345 Kv Porto Açu/Campos), 2018 Grid Solutions.

10. Dividendos a receber (Controladora e Consolidado)

Os referidos saldos correspondem aos dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro das investidas fixados pela Lei nº 6.404/76.

	2019	2018
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. - AETE	-	100
Eólica Mangue Seco I	123	324
Total	123	424

Os dividendos a receber de 2019 e 2018 foram calculados conforme segue:

Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. - AETE

	2019	2018
Lucro do exercício	-	25.121
Lucro do exercício ajustado	-	25.121
Antecipação de dividendos	-	(2.603)
Participação societária	-	10,76%
Dividendos a receber	-	100

Eólica Mangue Seco I

	2019	2018
Lucro do exercício	1.017	2.673
Lucro do exercício ajustado	1.017	2.673
Reserva legal	(51)	(134)
Base de cálculo para dividendos	966	2.539
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	242	635
Participação societária	51%	51%
Dividendos a receber	123	324